



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1569189 - DF (2019/0255665-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : GERALDO SERAPIAO DA SILVA

ADVOGADO : PEDRO OSWALDO LEÔNICO LOPES - DF006085

AGRAVADO : SERPROS FUNDO MULTIPATROCINADO

ADVOGADOS : CRISTIANE DE CASTRO FONSECA DA CUNHA - RJ162606

GEORGE ANDERSON ESTEVES DE SOUZA GOMES - DF048792

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação condenatória, fundada na indevida aplicação dos índices de correção monetária em plano de benefício de previdência complementar.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária. Precedentes. Ante o entendimento do tema nesta Corte, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
7. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GERALDO SERAPIAO DA SILVA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na(s) alínea(s) "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 12/11/2019.

Ação: condenatória, ajuizada pelo agravante, em face de SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO, fundada na indevida aplicação dos índices de correção monetária em plano de benefício de previdência complementar.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MIGRAÇÃO DE PLANOS. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SERPRO I - PS I PARA O PLANO SERPRO II - PS II. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 289 DO STJ. RESGATE DO FUNDO DE RESERVA DE POUPANÇA APÓS A MIGRAÇÃO DE PLANOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos, no Resp 1.551.488/MS, Tema 943, firmou as seguintes teses: "1.1 Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária; 1.2 Em havendo transação para migração de plano de benefícios em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja a concessão de vantagem contamina todo negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao status quo ante". 2. Havendo transação para a migração de plano de benefícios de previdência privada, é incabível a aplicação da Súmula 289 do STJ para o instituto do resgate. 3. Cumpre esclarecer que as diferenças de índices de atualização monetária pleiteadas na peça inicial dizem respeito a períodos anteriores à migração, pouco importando, assim, para o deslinde da controvérsia o posterior resgate do fundo de reserva de poupança pelo participante/apelante. 4. Recurso conhecido e desprovido.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Quanto à questão referente às diferenças de índices de atualização monetária, ressaltou o seguinte:

Observa-se que o acórdão embargado entendeu que a Súmula n.289 do STJ não se aplica nas hipóteses de migração de participantes de plano de benefícios de previdência complementar para outro plano dentro da mesma entidade. Além disso, esclareceu que as diferenças de índices de atualização monetária pleiteadas na inicial dizem respeito a períodos anteriores à migração, pouco importando, assim, para o deslinde da controvérsia o posterior resgate do fundo de reserva de poupança pelo participante/apelante. (e-STJ, fl. 800)

Recurso especial: alega violação dos arts. 489, §1º, IV, V e VI, e art. 1.022, II e III, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial.

Afirma que o Tribunal de origem não teria analisado a questão com fundamento na existência de duas teses firmadas em recursos repetitivos, aplicadas em situações distintas.

Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que a hipótese não trata de migração pura e simples, pois, após a migração, teria se desligado definitivamente dos planos de benefícios e procedeu ao levantamento da reserva de poupança. Assim, não haveria que se falar na aplicação do REsp 1.551.488/MS, julgado em sede de recursos repetitivos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca dos entendimentos existentes acerca da questão discutida (e-STJ fls. 719/723), de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante de fato não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/DFT de que seria irrelevante a questão referente ao posterior resgate do fundo de reserva de poupança, visto que as diferenças de índices de atualização monetária pleiteadas na inicial dizem respeito a períodos anteriores à migração (e-STJ, fl. 720), razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 ou 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

- Da Súmula 568/STJ

Ainda que assim não fosse, a 2ª Seção deste Tribunal, por ocasião do julgamento do REsp 1.551.488/MS, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou a tese de que "em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária" (tema 943).

Ainda nesse sentido: AgInt no AREsp 7.594/DF, 4ª Turma, DJe de 11/04/2019; e AgInt no REsp 1737651, 3ª Turma, DJe de 28/03/2019.

Na hipótese sob julgamento, o Tribunal de origem consignou o seguinte:

O Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido deque a Súmula n. 289/STJ, a qual dispõe que "a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda", tem aplicação restrita aos casos em que ocorre o rompimento definitivo do vínculo contratual do participante. Nesse passo, não se aplica a súmula em questão às hipóteses de migração de participantes de plano de benefícios de previdência complementar para outro plano dentro da mesma entidade, uma vez que o STJ, no julgamento repetitivo do REsp 1.551.488/MS (DJe 01/08/17), firmou as seguintes teses: (i) havendo migração, não é cabível o pedido de cobrança para incidir índice de correção monetária diverso sobre a reserva de

poupança e (ii) não é possível anular parte da transação, porque ela envolve concessões recíprocas para a migração do participante para outro plano de previdência privada. (...)

(...)

Dessa forma, em observância ao precedente emanado do e. STJ no julgamento repetitivo do REsp 1.551.488/MS, devem ser obedecidas as condições pactuadas. No caso em exame, tratando-se de pedido de aplicação de índices que reflitam a real inflação do período em questão sobre as reservas de poupança, na hipótese em que houve migração do participante para outro plano de benefício, dentro da mesma entidade, a Súmula n. 289 do STJ se torna inaplicável. (e-STJ, fls. 719/720)

Diante da consonância com o entendimento sobre o tema nesta Corte, aplica-se a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGOU-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 13% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 723) para 15%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora